



A ESCOLA E O AUTISMO, UTILIZAÇÃO TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL : RELATO DE EXPERIÊNCIA

Autor (1); RAMON FAGNER DE QUEIROZ MACEDO (Universidade Estadual Da Paraíba)
pro.ram.fag@hotmail.com

Co-autor¹ ; ALEXANDRE DE SOUZA CRUZ (Universidade Estadual Da Paraíba)
mistercruz1@gmail.com

Co-autor ² JESSICA COSTA ARAUJO- UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA,
jessicacosta13@live.com

Co-autor³ ,INGRED O´HARA DUARTE SOARES- UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAIBA, ingriidohara@hotmail.com

Orientadora Regiménia Braga de Carvalho (Universidade Estadual Da Paraíba)
regiménia_cg@yahoo.com

Resumo: Este artigo apresenta o olhar sobre melhoria qualidade de vida e bem estar social de um autista do aluno da rede municipal de ensino ,que estar sendo submetido a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). O objetivo é compreender como ocorre o desenvolvimento desta criança com o transtorno dentro do processo da terapia cognitivo-comportamental e escolarização ; identificar ações terapêuticas com o uso de técnicas específicas utilizadas durante o decorrer processo pedagógico de escolarização , voltado para esse transtorno. Apontar mudanças e definições descritas por diversos teóricos, a partir dos estudos bibliográficos, até chegar à atualidade na qual, muitos teóricos vinculam o tratamento do autismo a uma intervenção eficaz dentro da abordagem cognitiva comportamental. Para o desenvolvimento do artigo foi utilizada metodologia de um relato de experiência com objetivo de compreender a visão da Terapia Cognitivo-Comportamental em educando autista, por ser uma área de constantes discussões, e apontar técnicas terapêuticas utilizadas no decorrer dos anos voltadas para o tratamento deste transtorno. Este artigo trata-se de um relato de experiência Na perspectiva de documentar os diferentes momentos de intervenção de um cuidador e estagiários no atendimento de crianças especiais com autismo , ampliando a apreensão das informações a serem recolhidas para validade das discussões. Para tanto para elaboração deste trabalho houve a obtenção de dados de planos de trabalho, relatório de atividade, planos de aula , pautas de reunião e planejamento do estagio não obrigatório formal realizado na Escola Manoel Francisco Motta, contemplados pelo Programa de atendimento especializado



escolar com objetivo principal de Fomentar a análise crítica e reflexiva sobre a formação e atuação cuidador com intervenções da Terapia Cognitivo-Comportamental ,

Palavras chaves : Educação Inclusiva , Terapia Cognitivo-Comportamental , Autismo

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o olhar da TCC-Terapia Cognitivo-Comportamental para um educando com autismo, que é definido como um transtorno comportamental, de acordo com descrições clínicas, diagnósticos, etiologias, avaliações, pressupostos teóricos da Terapia Cognitivo-Comportamental, bem como os aspectos terapêuticos e pedagógicos . Também será feito um breve apanhado histórico sobre o surgimento das terapias denominadas, atualmente, de cognitivo-comportamental.

O objetivo é compreender a visão da Terapia Cognitivo-Comportamental em educando autista, por ser uma área de constantes discussões, e apontar técnicas terapêuticas utilizadas no decorrer dos anos voltadas para o tratamento deste transtorno. Este artigo trata-se de um relato de experiência .

Na perspectiva de documentar os diferentes momentos de intervenção de um cuidador e estagiários no atendimento de crianças especiais com autismo , ampliando a apreensão das informações a serem recolhidas para validade das discussões. Para tanto para elaboração deste trabalho houve a obtenção de dados de planos de trabalho, relatório de atividade, planos de aula , pautas de reunião e planejamento do estagio não obrigatório formal realizado na Escola Manoel Francisco Motta, contemplados pelo Programa de atendimento especializado escolar com objetivo principal de Fomentar a análise crítica e reflexiva sobre a formação e atuação cuidador com intervenções da Terapia Cognitivo-Comportamental , considerando sua conduta, as condições sociais e os estilos de vida do educando , buscando fortalecer tudo que contribui para melhoria da atuação profissional na perspectiva do programa AEE e processo pedagógico de escolarização de criança com autismo . Se desdobrando na perspectiva de Analisar a atuação cuidador e estagiários diante das novas práticas profissionais; Perceber a relevância dos jogos pedagógicos coletivos e



individuais, da intervenção de outros profissionais da educação e técnicos envolvidos ; Compreender os processos de adaptação , formação e escolarização da criança

De acordo com Assumpção Jr (2007) e Leboyer (1995), foi a partir das definições de Leo Kanner em 1943, que houve a primeira conceituação do autismo, como uma síndrome psicótica, relacionada a fenômenos da linha esquizofrênica. Este descreveu sob o nome distúrbios autísticos do contato afetivo, um quadro caracterizado por autismo extremo, comportamentos do tipo obsessivo com tendência a mesmice, movimentos estereotipados e ecolalia, repetição involuntária de palavras ou frases que ouviu caracterizada por alterações de linguagem, representadas pela ausência de finalidade comunicativa.

Ainda, conforme os autores, em 1944, Hans Asperger, descreveu sob o nome psicopatologia autística da infância, na qual as crianças são bastante semelhantes às descritas por Kanner, porém sem nenhum retardo no desenvolvimento da linguagem. Atribui-se tanto a Kanner quanto a Asperger o conceito do autismo.

Segundo Watson (2008), em 1995, o Dr. Simon Baron-Cohen, propôs uma nova teoria sobre o autismo. Ele sugeriu que, muitas pessoas com autismo sofriam de cegueira mental, isto é, a incapacidade de entender que as outras pessoas têm seus próprios pensamentos e emoções, com dificuldade em entender o ponto de vista, as idéias ou sentimentos alheios. É essa incapacidade de relacionar-se às diferenças na maneira de pensar dos outros, que resulta nas dificuldades sociais e comunicativas dos autistas.

A justificativa deste relato se dar pela necessidade de refletir sobre as ações que estão sendo implementadas para a cerca da inclusão, efetiva e real nas unidades de ensino da rede municipal de educação de Campina grande, especificamente no que diz respeito ao profissional denominado de cuidador. Outro aspecto relevante é que buscamos analisar o papel do cuidador da criança com Autismo com a utilização do método TCC no processo escolarização, a partir da realidade da Escola Manoel Francisco Motta,

O AEE E A ESCOLA

A proposta da inclusão educacional é prevista no contexto brasileiro desde a Constituição Federal de 1988 e aparece de maneira expressiva a partir da década de 90 (Século XX), em virtude de movimentos, eventos e documentos legais em nível mundial sobre a educação para todos, que vão inspirar tanto às legislações quanto as políticas públicas educacionais brasileiras, direcionadas as pessoas com deficiências. Assim sendo, foi lançada em 2008 a Política Nacional de Educação





Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva que traz dentre suas inovações o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o seguinte público: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (CNE, 2009).

Na análise da política educacional brasileira verifica-se que desde a sua gênese até os dias atuais a educação esteve relacionada aos interesses da classe dominante e da política econômica correspondente. Para Mészáros (2008, p. 35):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade.

Frente a isso, um desafio se coloca hoje para o sistema educacional do país, a proposta de um projeto de educação que deva ir além do capital. Visto que, apesar dos entraves, nos últimos anos o Brasil tem vivenciado mudanças na organização e estruturação do seu sistema educacional. O mesmo dispõe de mecanismos legais, capazes de imprimir diferentes direcionamentos à educação, como a Constituição Federal de 1988 que propõe um novo modelo de educação para todas as pessoas, inclusive garante no Art. 208, Inciso III, o atendimento educacional às pessoas com deficiências (BRASIL, 2011)

Em 2008, foi instituída pelo Ministério de Educação e Cultura- MEC, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva a qual orienta os sistemas de ensino a transformarem-se para responder a diversidade do alunado, e para a efetivação do referido objetivo estabelece uma série de orientações, dentre elas, a oferta do AEE nos sistemas de ensino para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, definidos na Resolução do Conselho Nacional de Educação -CNE nº 4/2009 da seguinte forma

alunos com deficiência são aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial [já os] alunos com transtornos globais do desenvolvimento [são os que] apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Ret, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação [e,os] alunos com altas





habilidades/superdotação [são] aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (CNE, 2009, p. 1).

Os referidos alunos deverão ser inseridos nas salas de aula do ensino regular e no contra turno devem frequentar uma Sala de Recurso Multifuncional (SRM), "espaço físico composto por mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e de equipamentos específicos" (CNE, 2009, p. 2) onde ocorre o AEE. Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial deixa de ser tratada de forma paralela e substitutiva à educação regular para ser parte integrante de todo processo educacional, através do AEE. Esta modalidade de atendimento foi prevista desde a Constituição Federal Brasileira no Artigo 208, inciso III, ao garantir o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino" (BRASIL, 2011, p. 56), bem como foi especificado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069 de 13/07/90), Artigo 54, inciso III e reafirmado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007, p.10):

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

DESENVOLVIMENTO

Este relato baseando-se na premissa da interdisciplinaridade e na intervenção do cuidado utilizando-se do método TCC ,em constatar um esforço por aproximar, comparar, relacionar e integrar os conhecimentos pedagógicos , e a atuação no programa interdisciplinar AEE voltado à escolarização , que ocorrera na unidade de ensino regular Manuel Francisco da Motta de segunda a sexta no horário de 13:00 as 17:00 com pequenas variações de acordo com a necessidade do programa acordados em contrato



O relato baseasse no caso ao aluno autista chamado de (JG), nascido na data de 25 de abril 2008 com o diagnosticado com o transtorno do desenvolvimento infantil (autismo), o diagnostico foi dado com a idade de 07 anos , data da avaliação laudo emitido em 24/072015 pelo neurologista (GSG) . Através da observação realizada em junho a setembro de 2016, acompanhamos no período de uma semana a partir de estudo de caso na Manuel Francisco da Motta, com uma criança de 08 anos com CID F84 Transtornos globais do desenvolvimento com indicação medica para uso de “ risperidona e topiramato , necessitando de acompanhamento neurológico e tratamento fonoterapia ,psicoterapia ,psicopedagogia e terapia Ocupacional , tal quadro é irreversível e incapacitante” neurologista (GSG)
O propósito desse programa de intervenção com esse método TCC é incentivar os cuidados ao autista , por meio de diversas ações, entre elas, palestras planejadas em horários que garantam a presença do educando.

Sendo os principais objetivos do programa intervenção

- ✓ Promover ações que estimulem um estilo de vida saudável;
- ✓ Promover o acompanhamento pedagógico do aluno ;
- ✓ Estimular a conexão social entre o aluno e o corpo docente e técnico pedagógico , favorecendo as relações sociais construtivas e produtivas;
- ✓ Estimular o educando a escolarização ;
- ✓ Realizar uma gestão estratégica do processo educativo da criança com autismo

ANALISANDO A INTERVENÇÃO

Este é o primeiro ano que o aluno (JG) foi matriculado e frequenta a Escola Manoel Francisco da Motta , e entendemos que foi bastante difícil desenvolver as atividades com ele, pois o mesmo apresentava-se bastante agitado, o que tornava-se difícil a aplicação e desenvolvimento dos conteúdos propostos para o mesmo, outro fator é a sua adaptação com os cuidadores , pois foram trocados 3 vezes, até a mudança pelo professor de educação física do turno oposto que já apresentava trabalho com crianças autistas, e propôs a metodologia de TCC-Terapia Cognitivo-Comportamental.

Destacamos neste relato que o aluno é carinhoso, que ainda não permanece na sala de aula durante todo período de aula, vai ao banheiro porém necessita de ajuda para higienização, lava as



mãos sozinho, não permanece na cadeira sentado por muito tempo, desenvolve atividades de colagem, classificação de tamanhos e formas, não reconhece animais, tendo aversão aos mesmo, apresenta curiosidade com insertos não tendo discernimento do que é perigoso ou não, reconhece as cores, gosta de brincar no parque, sobe, desce, escorrega após intervenções com TCC melhorou aspectos demonstrados na tabela abaixo

ITENS AVALIADOS	MELHORA SIGNIFICATIVA	MELHORA PARCIAL	NÃO HOUE ALTERAÇÃO
Afetividade com professores	x		
Afetividade com colegas	x		
Afetividade com equipe técnica	x		
Independia ao ir ao banheiro			X
Alimentação (merenda escolar)		X	
Seguir regras escolares		x	

No item Alimentação (merenda escolar) aluno apresentou melhora parcial, pois foi combinado com os pais da criança que o mesmo não trouxesse merenda de casa, já que foi observado uma compunção e exageros de alimentos, sendo introduzida a merenda ofertada pela escola em quantidade pré-estabelecida pela nutricionista da rede de ensino, houve uma mudança do local da merenda sistematizando o controle.

No aspecto seguir regras escolares, o aluno (JG), após a utilização da TCC, demonstra que já evidencia o que certo e errado, por momentos esporádicos segue filas; já identifica os locais que pode entrar; segue horários de alimentação e participação em atividades coletivas. Acreditamos que alguns conceitos deveriam ser revistos em relação a inclusão, não só do autista, mas em relação a todos, pois é bastante difícil conseguir algum desenvolvimento com estas crianças em sala normal, tendo a necessidade de um acompanhamento individualizado especializado na síndrome do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhor compreensão do que foi apresentado, fizemos uma análise do processo de adaptação e evolução da criança (JG) e do cuidador no aplicação do método terapêutico TCC de uma criança com autismo, buscando realizar um contraponto com a bibliografia pertinente a

temática investigada. Inicialmente, se faz necessário caracterizar o autismo e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). Para preservar sua identidade do aluno, tratamos de denominá-la de (JG)

A concepção de inclusão no espaço da escola é algo muito mais amplo, que envolve a reestruturação dos espaços físicos e dos processos de ensino-aprendizagem a formação de professores como o aspecto primordial para a proposta de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na classe regular e de métodos eficazes para cada caso. Daí a necessidade de mais pesquisas que busquem analisar práticas educativas de inclusão ainda pouco discutidas por estudos acadêmicos.

Através desse trabalho, buscamos refletir sobre alguns aspectos referentes a inclusão da criança com autismo no processo de escolarização e a necessidade de um cuidador que tenha embasamento e fundamento terapêuticos para garantir um processo eficaz e dinâmico afim de que seja garantida a criança sua permanência na rede regular, sem que sofra restrições que a impossibilite de estar incluída. Promover ações eficazes da inclusão/escolarização desde a educação infantil demonstra a possibilidade de não só garantir o acesso permanente à educação para a criança com autismo, mas também a de criar um ambiente propício para que outras crianças aprendam a conviver com as diferenças, se sensibilizar frente a elas e contribuir para um espaço saudável de desenvolvimento e aprendizagem

REFERENCIAS

ASSUMPÇÃO JR. F. B. Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Infantil. São Paulo: Lemos Ed; 1997.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: MEC, ACS, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008a.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº. 04, de 02 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009.

LEBOYER, M. Autismo infantil: fatos e modelos. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1995

NUNES, Leila Regina. Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades especiais. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

WATSON, S. Como funciona o autismo. São Paulo Disponível em: . Acesso em: 10. Ago. 20165

